

Análise dos Investimentos em Responsabilidade Socioambiental das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial listadas na BM&FBovespa

Luciana Maria Silva (UEPB) - lucianamsilva23@gmail.com

Roseane Patrícia Araújo Silva (UEPB) - rosepat5@hotmail.com

Isabel Joselita Barbosa da Rocha Alves (UEPB) - beljrocha@gmail.com

Kallyse Priscila Soares de Oliveira (UFPB/UFERSA) - kallysepriscila@hotmail.com

Resumo:

Resumo A divulgação voluntária de conteúdo de cunho ambiental e social tem sido uma tendência seguida pelas companhias no contexto organizacional. O desenvolvimento da Responsabilidade Social Corporativa na gestão empresarial é reflexo de cobranças sociais mais severas quanto à adoção de uma postura ética sustentável e socialmente responsável por parte das empresas. Nesse sentido, este estudo analisa os investimentos socioambientais de dezesseis empresas que integraram todas as versões do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) no período compreendido entre 2011 a 2015. Realizou-se uma pesquisa exploratória e bibliográfica, de caráter descritivo e abordagem quantitativa, com base em dados extraídos dos Balanços Sociais e Índices Remissivos da GRI (Global Reporting Initiative) constantes nos relatórios anuais e de sustentabilidade dessas companhias. Os resultados indicaram que os setores que apresentaram os menores investimentos socioambientais, buscaram compensar os baixos investimentos apresentando um maior nível de disclosure socioambiental, fato esse que pode ser justificado pela Teoria da Legitimidade. O estudo também evidenciou a predominância de investimentos e disclosure dos indicadores sociais como estratégia de legitimação utilizada por essas organizações.

Palavras-chave: *Balanço Social. Global Reporting Initiative. Teoria da Legitimidade.*

Área temática: *Abordagens contemporâneas de custos*

Análise dos Investimentos em Responsabilidade Socioambiental das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial listadas na BM&FBovespa

Resumo

A divulgação voluntária de conteúdo de cunho ambiental e social tem sido uma tendência seguida pelas companhias no contexto organizacional. O desenvolvimento da Responsabilidade Social Corporativa na gestão empresarial é reflexo de cobranças sociais mais severas quanto à adoção de uma postura ética sustentável e socialmente responsável por parte das empresas. Nesse sentido, este estudo analisa os investimentos socioambientais de dezesseis empresas que integraram todas as versões do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) no período compreendido entre 2011 a 2015. Realizou-se uma pesquisa exploratória e bibliográfica, de caráter descritivo e abordagem quantitativa, com base em dados extraídos dos Balanços Sociais e Índices Remissivos da GRI (*Global Reporting Initiative*) constantes nos relatórios anuais e de sustentabilidade dessas companhias. Os resultados indicaram que os setores que apresentaram os menores investimentos socioambientais, buscaram compensar os baixos investimentos apresentando um maior nível de *disclosure* socioambiental, fato esse que pode ser justificado pela Teoria da Legitimidade. O estudo também evidenciou a predominância de investimentos e *disclosure* dos indicadores sociais como estratégia de legitimação utilizada por essas organizações.

Palavras-chave: Balanço Social. *Global Reporting Initiative*. Teoria da Legitimidade.

Área Temática: Abordagens contemporâneas de custos.

1 Introdução

É perceptível a preocupação do empresariado de diversos setores em demonstrar um alinhamento de seu desenvolvimento econômico, com a preservação ambiental e os investimentos sociais. Esse interesse na construção de uma imagem institucional socialmente responsável tem feito com que as empresas se utilizem de instrumentos de divulgação como os relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade, balanços sociais e das mídias para tornar público o seu comprometimento perante a sociedade (NOVELINI; FREGONESI, 2013).

Para Ferreira e Guerra (2012), a complexidade do cenário organizacional, estabeleceu novas formas de gestão fazendo com que as empresas invistam não apenas em atributos econômicos, mas também em produtos ecologicamente corretos, relacionamento ético com seus *stakeholders*, promoção da preservação ambiental, valorização relacionada à segurança e saúde dos seus colaboradores, bem como na melhoria do ambiente social.

As estratégias de gestão empresarial pautadas nas ações de responsabilidade socioambiental apresentam motivações diversas. Para Luca, Moura e Nascimento (2012) o interesse das organizações recai em atrair novos investidores e aumentar o nível de confiança junto aos mercados, especialmente os mais exigentes. Dias et al. (2014) sugerem que tais práticas seriam justificadas por conta das pressões exercidas pelos grupos de proteção ao meio ambiente, sociedade e normatização estatal. Por sua vez, Sampaio et al. (2010) entendem que as práticas de divulgação de natureza social e ambiental atuam como instrumentos de legitimação.

O presente trabalho, fundamentado nas concepções da teoria da legitimidade, desenvolveu-se em torno do seguinte questionamento: Qual o perfil dos investimentos

socioambientais segundo os Indicadores de Responsabilidade Socioambiental contidos no Balanço Social IBASE e nas Diretrizes do GRI das empresas integrantes do ISE no período de 2011 a 2015?

A escolha por companhias integrantes do ISE, justifica-se por estas possuírem reconhecido comprometimento com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social, em seu modelo de negócios. Além disso, a Responsabilidade Socioambiental constitui um aspecto relevante no contexto empresarial por ser uma oportunidade para que as organizações apresentem uma boa imagem perante o público, na medida em que desenvolvem práticas que promovam o equilíbrio nas esferas econômica, social e ambiental.

O objetivo da pesquisa consiste em analisar os investimentos socioambientais das empresas componentes do ISE no período de 2011 a 2015, através dos valores evidenciados no Balanço Social e do *disclosure* dos indicadores de desempenho GRI. Para o alcance do objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos: (I) Identificar a distribuição desses investimentos relacionando-os proporcionalmente à Receita Líquida; (II) analisar a composição dos investimentos socioambientais; (III) identificar o foco dos investimentos por setor de atuação; (IV) observar a tendência seguida por esses investimentos ao longo do período compreendido na pesquisa.

O trabalho foi segmentado em cinco sessões. A primeira consiste em uma revisão teórica sobre a Responsabilidade Social Corporativa embasada na teoria da legitimidade. Na sequência, é feita a apresentação da metodologia de pesquisa utilizada, seguida pela análise e apresentação dos resultados e considerações finais. Na última sessão, são apresentadas as referências.

2 Plataforma teórica

2.1 Responsabilidade Social Corporativa

Embora tenha adquirido maior notoriedade nos últimos anos, a ideia da divulgação de informações de caráter social e ambiental não é recente. As primeiras referências sobre matérias relacionadas ao tema tiveram início desde os anos 1960 (RIBEIRO, 2012). Todavia, foi a partir da década de 90, que a ideia da Responsabilidade Social Corporativa fortaleceu-se frente aos desafios da globalização, o acirramento da concorrência internacional, a crise do Estado e as mobilizações da sociedade (COSTA, 2005).

Os debates em torno da atuação social das organizações e da construção ética empresarial, acabaram tendo repercussões concretas nas formas de gestão das empresas que passaram a investir seus recursos em áreas sociais, bem como trouxeram mudanças nas formas tradicionais de relacionamento com funcionários e fornecedores, meio ambiente e comunidades locais (FAUR et al., 2004).

De acordo com Pinto e Ribeiro (2004), a empresa como agente econômico desempenha suas atividades com vistas à de geração de riquezas, sendo também um agente social, o qual deve proporcionar bem-estar à sociedade.

A empresa não pode somente visar a lucros. Em seu relacionamento com a sociedade existem obrigações implícitas, tais como: a preservação ambiental mediante uso adequado dos recursos naturais e investimentos em processos produtivos compatíveis com a conservação ambiental, a criação e manutenção de empregos, a contribuição para a formação profissional visando à qualificação, a qualidade dos produtos e serviços que oferece ao mercado, e outras que não são exigidas por lei, mas que são esperadas de uma empresa socialmente responsável (PINTO; RIBEIRO, 2004, p. 24).

Os conceitos relativos à Responsabilidade Social Corporativa não apresentam um consenso, podendo suscitar significados distintos, além de estarem atrelados a diferentes ideias. Para alguns ela está ligada à ideia de responsabilidade legal; para outros constitui-se em um comportamento socialmente responsável sob a percepção ética; e ainda, para outros pode comunicar a ideia de contribuição social voluntária e associação a uma causa específica (BORGER, 2001).

Para o Instituto Ethos (2006) a Responsabilidade Social Corporativa, integra os interesses das empresas e de seus *stakeholders*, além de promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. A Comissão Europeia (2001, p. 4) define a Responsabilidade Social das Empresas como “um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo”. Conforme Ashley (2002), a Responsabilidade Social pode ser definida como o compromisso da organização para com a sociedade, o qual é demonstrado por meio de ações e atitudes que gerem impactos positivos, amplos ou específicos a alguma comunidade, atuando proativa e coerentemente quanto ao seu papel específico na sociedade, e na prestação de contas para com ela.

Essa postura “socialmente responsável” das empresas vem sendo legitimada por diversos autores, que através do envolvimento das empresas às causas sociais, estariam devolvendo à sociedade parte dos recursos humanos, naturais e financeiros, que consumiram para obtenção de lucro no desempenho de sua atividade (SCHROEDER; SCHROEDER, 2004).

Atentos à crescente demanda por investimentos socialmente responsáveis e rentáveis, foi criado pela BM&FBOVESPA no final de 2005, o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) que, segundo a BM&FBovespa (2017), procura ampliar o entendimento sobre empresas e grupos envolvidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas e natureza do produto.

Barbosa (2007), destaca a importância da criação dos índices de sustentabilidade nos mercados de capitais, que segundo ele, serviram de incentivo para a adoção de práticas sustentáveis pelas organizações, principalmente o FTSE4Good (Reino Unido), DJSI (Estados Unidos) e o ISE-Bovespa, no Brasil.

2.2 Teoria da Legitimidade

As organizações em geral, dependem da aceitação da sociedade para sobreviver e se desenvolver no mercado. Embora pressupõem-se que as motivações sejam de natureza econômica, a adoção de práticas social e ambientalmente responsáveis comumente são adotadas porque são valorizadas e legitimadas pela comunidade. Dessa forma, “o sacrifício financeiro em prol da sociedade e/ou meio ambiente pode até ser uma forma de compensar ou mitigar o dano/ impacto gerado pela atividade desenvolvida” (OLIVEIRA, N. et al., 2014, p. 196). Estudos como os de Gray, Kouhy, Lavers (1995), Deegan (2006) e O’Donovan (2002) atribuem às práticas de divulgação social como uma estratégia de legitimidade organizacional.

A legitimidade é definida por Suchman (1995, p. 574), como “uma percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são socialmente desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições”.

A Teoria da Legitimidade apresenta uma abordagem sociológica que evidencia a preocupação das empresas em validar sua atuação social mediante o cumprimento e respeito aos princípios concernentes ao meio ambiente, cidadania, costumes e do ordenamento jurídico a sua volta (CONCEIÇÃO; DOURADO; SILVA, 2012). Qualquer instituição social atua na sociedade através de um contrato social, expresso ou implícito, pelo qual sua sobrevivência e

crescimento se sustentam na transferência de algum fim socialmente desejável à sociedade em geral, e na distribuição de benefícios econômicos, sociais ou políticos aos grupos dos quais emana seu poder (SHOCKER; SETHI, 1973).

As organizações desfrutam de legitimidade, à medida em que suas atividades são congruentes com as normas de comportamento aceitáveis no sistema social no qual estão inseridas (DOWLING; PFEFFER, 1975). É aqui onde reside a relação com a RSC - a Teoria da Legitimidade indicaria que a divulgação social pode ser usada para reduzir a "lacuna" de legitimidade entre a forma como a organização deseja ser percebida e como ela realmente é (CAMPBELL, 2000).

Supõe-se, com base na Teoria da Legitimidade, que à medida que as organizações têm sua legitimidade ameaçada, elas buscam meios de recuperá-la. Logo, para garantir sua permanência no mercado, as empresas agirão de forma a preservar sua imagem de negócio legítimo gerenciando a divulgação de informações socioambientais (VILLIERS; STADEN, 2006). Dessa forma, a companhia estaria mostrando para a sociedade que adota práticas alinhadas com o contrato social, o que levaria a uma recuperação ou fortalecimento da legitimidade, refletindo no melhoramento da imagem e possivelmente na obtenção de vantagem competitiva e nos resultados econômicos e financeiros (OLIVEIRA, N. et al., 2014).

2.3 Evidenciação da Responsabilidade Social Corporativa

2.3.1 O Balanço Social

O primeiro modelo de Balanço Social no Brasil foi lançado em 1997, com a campanha do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), conduzida pelo sociólogo Herbert de Souza, seu presidente na época. O principal objetivo da campanha era o de sensibilizar e incentivar a ideia de corresponsabilidade da sociedade na busca de soluções para os intensos desequilíbrios sociais do país (COSTA; VISCONTI; AZEVEDO, 2000). Com o decorrer dos anos, o modelo de Balanço Social lançado pelo IBASE, passou a ser aceito e utilizado pelas companhias brasileiras e aperfeiçoado para melhor transparecer as ações sociais (RIBEIRO, 2012).

Segundo Tinoco (2001, p. 14) “o Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários”.

No Brasil, não existe a obrigatoriedade pela elaboração e divulgação do Balanço Social. Todavia ele revela-se como um dos principais relatórios sobre as características da empresa e seu relacionamento com diferentes *stakeholders*, o que denota sua relevância para a identificação e avaliação do envolvimento da organização com a Responsabilidade Social (MILANI FILHO, 2008).

O modelo de Balanço social padrão IBASE, compreende sete temas: base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações (KITAHARA, 2007). Considerando que este trabalho buscou reunir apenas informações relacionadas com a Responsabilidade Social Corporativa, apenas os indicadores sociais internos e externos, e os indicadores ambientais foram utilizados no estudo, pois evidenciam o quanto foi investido em cada indicador pelas organizações e são relevantes para auferir o nível de responsabilidade socioambiental.

Holanda (2012) et al., explicam que os indicadores sociais internos estão relacionados aos investimentos voltados para o atendimento aos funcionários, dependentes ou aposentados da organização. Os indicadores sociais externos envolvem os investimentos em educação, cultura, saúde e saneamento, esportes, e os tributos, excluídos os encargos sociais. Já os

indicadores ambientais registram os recursos destinados para investimentos relacionados com a produção ou operação da empresa, os programas ou projetos externos, as metas anuais para minimizar resíduos e o gasto em geral na produção e operação, bem como para melhorar a eficácia na utilização de recursos naturais.

2.3.2 Global Reporting Initiative

A GRI (*Global Reporting Initiative* ou Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios), surgiu em 1997 por meio de um acordo internacional do CERES (Coligação para Economias Ambientalmente Responsáveis) em parceria com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Sua missão é a de desenvolver e divulgar “Diretrizes para os Relatórios de Sustentabilidade” de aplicabilidade global e voluntária, por meio de princípios e indicadores os quais abrangem informações sob três dimensões: econômica, ambiental e social, também denominadas *triple bottom line* (GRI, 2002).

As Diretrizes GRI, além de indicarem o conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade, apresentam uma série de indicadores de desempenho empresarial, organizados de forma hierárquica, por categoria, aspecto e indicador. Neves e Dias (2012), destacam que esses indicadores têm o papel de facilitar a apresentação de informações sobre os impactos provocados pela organização propiciando melhor comparabilidade entre relatórios e entre organizações.

Desde o seu lançamento, a GRI já apresentou diversas versões. A primeira versão das diretrizes para os relatórios de sustentabilidade surgiu em março de 1999. Ao longo desse tempo, os relatórios no modelo GRI passaram por algumas atualizações e melhoramentos. Em 2002, houve a publicação de sua segunda versão (G2). A terceira versão (G3) foi lançada em outubro de 2006, incluindo mais de 100 indicadores de desempenho a serem apresentados pelas empresas em seus relatórios. No início de 2011, foi lançada uma revisão da terceira versão (G3.1). Atualmente encontra-se disponibilizada a versão G4, a qual representa um avanço em relação à versão G3/ G3.1.

Cada versão elaborada tem por finalidade ampliar as condições de garantia da qualidade, aplicabilidade, padronização e credibilidade dos relatórios divulgados pelas organizações, bem como aumentar o grau de exigência e confiança do conteúdo destes relatórios (OLIVEIRA, M. et al., 2014).

As contribuições do GRI têm sido reconhecidas por diversos autores. Os estudos realizados por Strobel, Coral e Selig (2004), apontam que dentre as principais abordagens existentes para medir o desempenho empresarial em relação à sustentabilidade corporativa, a do GRI é a que mais concorre com a definição de sustentabilidade corporativa. Willis (2003) destaca sua capacidade significativa de melhorar a utilidade e a qualidade das informações fornecidas pelas empresas sobre seus impactos e desempenho ambiental, social e econômico.

Nossa (2002, p. 122), enfatiza a importância do GRI, sobre o qual descreve como sendo “de todos os organismos que apresentam diretrizes sobre gestão ambiental ou geração de informações ambientais, este é o que parece mais completo e abrangente com suas diretrizes”. O que contribui para tal observação é que além desse processo ser *multistakeholder*, o relatório de sustentabilidade apresentado pelo GRI repousa em um tripé onde são evidenciados os impactos econômicos, ambientais e sociais (FRAGA et al., 2008).

3 Procedimentos Metodológicos

O propósito principal da pesquisa exploratória foi de avaliar, os investimentos socioambientais das empresas componentes do ISE no período de 2011 a 2015, através do Balanço Social e do *disclosure* dos indicadores socioambientais do GRI. Segundo Raupp e

Beuren (2003), a pesquisa exploratória possibilita que o investigador obtenha maior profundidade da temática, maior compreensão e levantamento de indagações relevantes na condução da pesquisa.

Em função dos objetivos do estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, uma vez que, utilizou-se por base teórica materiais de acesso público como artigos, monografias, dissertações e livros. Quanto à natureza, o estudo possui caráter descritivo e abordagem quantitativa, mediante o emprego de técnicas estatísticas simples como percentuais e médias no tratamento dos dados (RICHARDSON, 1999).

Para a seleção da amostra, utilizaram-se os seguintes critérios: a) apresentar Relatório Socioambiental que contenha Índice Remissivo no padrão GRI; b) divulgar Balanço Social; c) disponibilizar os dados necessários para a análise, envolvendo, no mínimo, três anos do período considerado na pesquisa. A partir dos referidos critérios, a amostra inicial que era composta por 28 companhias, envolveu apenas 16 empresas, sendo 2 exclusões pela ausência de Balanço Social e Relatório no modelo GRI; 9 pela não divulgação de Balanço Social; e, 1 pelo fato de parte dos seus Relatórios encontrarem-se indisponíveis para consulta.

Cabe ressaltar que apenas os setores de Utilidade Pública e Financeiro publicaram Balanço Social até 2015, com exceção de duas das empresas de Utilidade Pública que publicaram até 2014, e de uma empresa do setor Financeiro, da qual só foi possível obter acesso aos seus balanços sociais até 2014. O setor de Consumo Não Cíclico, publicou Balanço Social até o ano de 2013. Os demais setores restringiram a publicação de seus balanços sociais até 2014. As empresas objeto de estudo e seus respectivos setores estão relacionados no Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação das empresas

Setor de atuação	Empresas	Quantidade	(%)
Consumo Não Cíclico	Brasil Foods	1	6,25%
Financeiro	Banco Bradesco, Banco do Brasil	2	12,5%
Materiais Básicos	Duratex	1	6,25%
Telecomunicações	TIM	1	6,25%
Utilidade Pública	Aes Tietê, Cemig, Coelce, Copel, CPFL, Energias do Brasil, Eletrobrás, Eletropaulo, Light, Sabesp, Tractebel	11	68,75%
Total	-	16	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa, 2017.

Os dados da pesquisa foram coletados a partir dos relatórios anuais e de sustentabilidade, e balanços sociais disponíveis nos *websites* das referidas empresas. Inicialmente, foram extraídos do Balanço Social os valores totais e percentuais sobre a Receita Líquida dos Investimentos Sociais Internos, Investimentos sociais externos, e dos Investimentos Ambientais. Na sequência, foi feita uma análise de conteúdo dos indicadores do GRI constantes nos relatórios sob os aspectos ambiental e social, a fim de aferir o *disclosure* desses investimentos.

Por fim, seguiu-se a análise de conteúdo através da contagem dos indicadores ambientais e sociais apresentados pelas empresas em relação a quantidade absoluta de indicadores socioambientais do GRI. Após a coleta os dados foram agrupados em uma planilha *Excel*, possibilitando assim um melhor gerenciamento das variáveis em estudo.

4 Apresentação e análise dos resultados

Com a finalidade de delinear os investimentos ambientais e sociais, foi feita, *a priori*,

uma análise dos investimentos relativos aos indicadores do Balanço Social, seguida pela apresentação do *disclosure* dos indicadores do GRI.

4.1 Investimentos evidenciados no Balanço Social

Os resultados inicialmente apresentados, correspondem aos dados extraídos dos Balanços Sociais publicados entre os anos de 2011 a 2015, e indicam os valores totais evidenciados, financeiramente, em Investimentos Sociais Internos, Investimentos Sociais Externos e Investimentos Ambientais, e a Receita Líquida, os quais estão sintetizados no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 - Resumo dos dados da amostra

Dados	2011	2012	2013	2014	2015	(Em milhões de R\$)
Nº/empresas	16	16	16	15	10	-
RL	205.167.354	231.214.934	217.102.408	212.435.450	142.245.607	1.008.165.753
ISI	21.212.278	25.311.592	25.852.801	24.630.788	17.163.469	114.170.928
ISE	53.926.210	61.018.834	48.998.980	60.260.190	43.700.402	267.904.616
IA	1.051.516	1.355.603	1.220.387	1.439.530	1.351.566	6.418.602

Legenda: RL (Receita Líquida), ISI (Investimentos Sociais Internos), ISE (Investimentos Sociais Externos), IA (Investimentos Ambientais).

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa, 2017.

O Quadro 2, proporciona uma visão geral dos investimentos e da Receita Líquida de todos os exercícios abrangidos pelo estudo. Numa análise preliminar, nota-se uma diferença significativa entre o volume investido em indicadores sociais e em indicadores ambientais, ressaltando-se que os investimentos sociais externos foram os mais representativos. Além disso, os resultados demonstraram uma redução significativa das companhias que publicaram Balanço Social em 2015, em relação a quantidade inicial que fazia essa divulgação. Dentre as possíveis causas, sugere-se uma maior tendência pela utilização de indicadores GRI.

Estabelecendo por parâmetro de comparação uma análise setorial, o Quadro 3 apresenta a distribuição média anual em percentual dos Investimentos Socioambientais em relação à Receita Líquida.

Quadro 3 - Distribuição média anual dos Investimentos Socioambientais por setor de atuação

Setores de atuação	RL* (Total/Média)	ISI		ISE		IA	
		R\$	(%)	R\$	(%)	R\$	(%)
CNC	28.248.000	1.346.170	4,77%	3.585.920	10,80%	156.767	0,55%
FI	26.804.000	7.981.804	29,78%	6.345.411	23,67%	143.335	0,53%
MB	3.555.494	340.737	9,58%	1.090.273	30,66%	37.161	1,05%
TE	18.817.345	530.432	2,82%	3.831.832	20,36%	474	0,00%
UP	11.546.453	719.787	6,23%	3.585.920	31,06%	93.797	0,81%

*Nota: Em milhões de R\$

Legenda: RL (Receita Líquida), ISI (Investimentos Sociais Internos), ISE (Investimentos Sociais Externos), IA (Investimentos Ambientais), CNC (Consumo Não Cíclico), FI (Financeiro), MB (Materiais Básicos), TE (Telecomunicações), UP (Utilidade Pública).

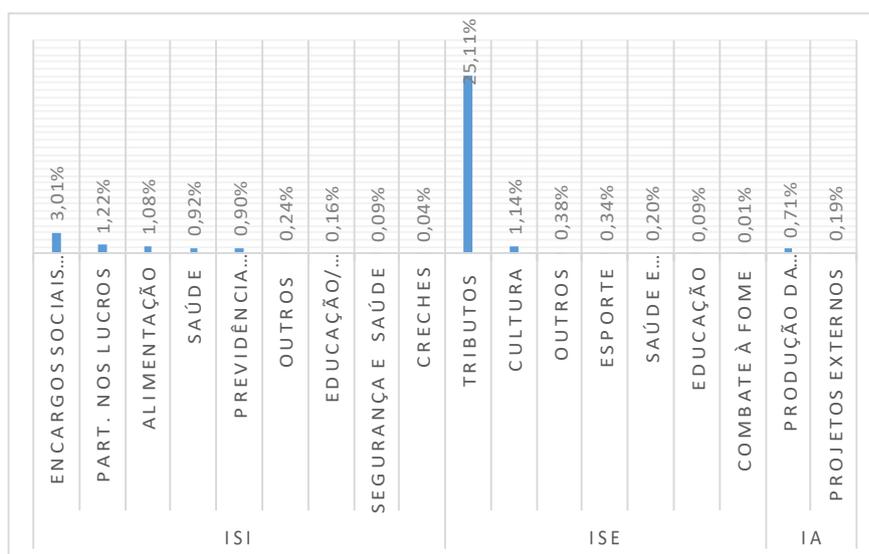
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa, 2017.

A análise mostrou maior expressividade do setor Financeiro em relação aos investimentos sociais internos, com investimento médio anual de 29,78% da Receita Líquida, seguido pelo setor de Materiais Básicos, que apresentou os maiores percentuais investimentos sociais internos. Porém, se comparado ao valor gasto pelo setor Financeiro, observa-se

discrepâncias entre as porcentagens investidas entre os dois setores. O setor de Telecomunicações apresentou os menores investimentos, equivalentes a 2,82% da sua Receita Líquida. Os valores destinados aos investimentos sociais externos, revelaram um maior comprometimento por parte dos setores de Utilidade Pública (31,06%), Materiais Básicos (30,66%) e Financeiro (23,67%).

Por outro lado, os investimentos direcionados ao meio ambiente, representados pelas ações de promoção e preservação ambiental, foram os que obtiveram uma menor representatividade na distribuição dos investimentos efetuados no período. Destaca-se que a média dos percentuais destinados ao meio ambiente mostraram-se, em sua maioria, inferiores a 1% da Receita Líquida, com exceção do Setor de Materiais Básicos cujos investimentos alcançaram um percentual médio de 1,05%. Esperava-se maiores investimentos ambientais, por parte das empresas que compõem o subsetor de Energia Elétrica (Utilidade Pública), cujas atividades são enquadradas como de nível médio de poluição pela Lei n.º 10.165/2000, da PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente).

Figura 1 - Indicadores Socioambientais em função da Receita Líquida



Legenda: ISI (Investimentos Sociais Internos), ISE (Investimentos Sociais Externos), IA (Investimentos Ambientais).

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa, 2017.

Dentre os indicadores sociais externos, é evidente o maior volume destinado ao governo, por meio dos tributos, os quais são pagos pelas empresas aos governos nas esferas federal, estadual e municipal, para que possam fornecer à sociedade educação, saúde, segurança, saneamento, dentre outros direitos sociais. Em seguida, e em uma proporção consideravelmente abaixo da média destinada ao primeiro indicador, estão os investimentos destinados à cultura. Os demais indicadores apresentaram percentuais abaixo de 1%. Quanto aos indicadores ambientais, os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa apresentaram maior percentual (0,71%).

4.2 Disclosure Socioambiental dos Indicadores GRI

O Quadro 4 reflete a média dos valores analisados ao longo do período, revelando o *disclosure* dos indicadores do GRI nos cinco setores de atuação.

Quadro 4 - Nível de *Disclosure* Socioambiental por setor de atuação

Setor de atuação	<i>Disclosure</i> Social	<i>Disclosure</i> Ambiental
Consumo Não Cíclico	74,60%	80,80%
Financeiro	73,10%	50,80%
Materiais Básicos	62,80%	68,20%
Telecomunicações	70,00%	67,60%
Utilidade Pública	68,42%	67,33%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa, 2017.

Conforme se observa nos resultados, quanto às informações sociais, o setor de Consumo Não Cíclico e o Financeiro, apresentaram maior divulgação. Em relação às informações ambientais, ocorreu a predominância dos setores de Consumo Não Cíclico (80,80%) e de Materiais Básicos (68,20%). Esse destaque de *disclosure* apresentado pelo setor de Consumo Não Cíclico corrobora, em parte, com os resultados encontrados no estudo realizado por Cardoso, Luca e Gallon (2014), no qual os setores de Consumo Não Cíclico e Financeiro obtiveram *disclosure* socioambiental mais elevado.

Com base no Quadro 5, a seguir exposto, verifica-se que os níveis de *disclosure* socioambientais apresentaram uma tendência de queda ao longo de quase todo período analisado, com exceção do *disclosure* ambiental apresentado no ano 2014, em que a divulgação de seus indicadores de desempenho apresentou uma leve recuperação. Os maiores níveis de *disclosure* ambiental ocorreram nos anos de 2012 e 2011, respectivamente. Por sua vez, a divulgação dos indicadores sociais se mostrou maior em 2011 e 2012. O menor nível de *disclosure* dos indicadores em geral, foi visto no ano de 2015.

Quadro 5 - Nível de *Disclosure* Socioambiental anual

Ano	<i>Disclosure</i> Social	<i>Disclosure</i> Ambiental
2011	78,13%	72,75%
2012	76,56%	74,19%
2013	69,38%	63,31%
2014	68,13%	65,88%
2015	53,50%	54,75%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa, 2017.

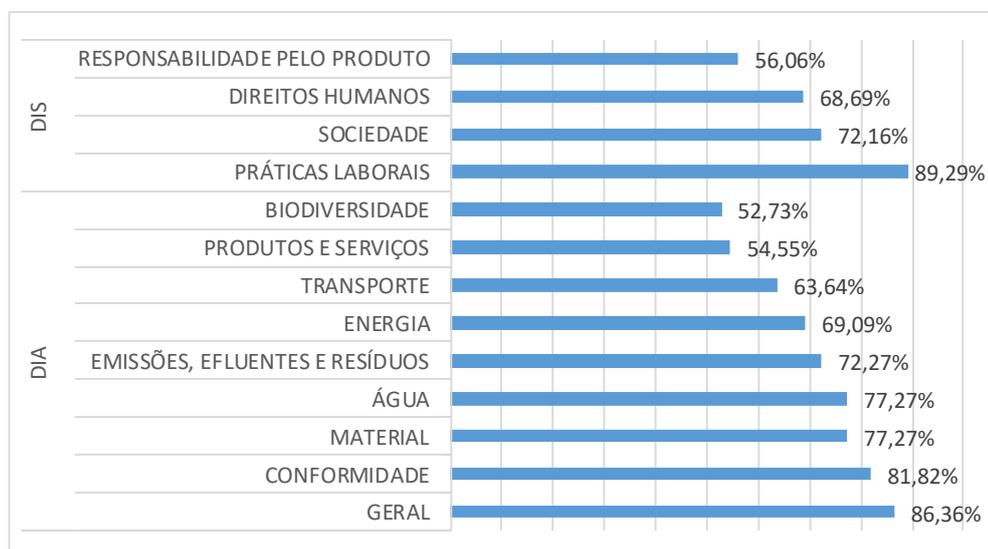
Para compreender a evolução no nível de *disclosure* dos indicadores ambientais e no nível de *disclosure* dos indicadores sociais, analisou-se a informação dos relatórios consoante com a versão GRI por eles adotada, com base nos aspectos ambientais e categorias sociais do GRI.

Conforme se observa abaixo na Figura 2, o aspecto ambiental “geral” é o mais evidenciado na versão G3 do GRI. O aspecto “geral” apresenta apenas um indicador, o qual é relativo à discriminação do total de investimentos e gastos em proteção ambiental por tipo. O segundo aspecto ambiental mais relatado na versão G3 foi o aspecto “conformidade”, cujo indicador informa o valor monetário de multas significativas, e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Dentre as categorias sociais destacaram-se com mais nível de evidenciação as categorias sociais “práticas laborais e trabalho decente” e “sociedade”. Os indicadores relativos a Práticas Laborais e Trabalho Decente, visam demonstrar o desempenho organizacional quanto aos aspectos trabalhistas e indicar o seu vínculo com normas reconhecidas internacionalmente. Os indicadores de desempenho concernentes à sociedade enfatizam os impactos gerados pelas

organizações nas comunidades locais e a divulgação de como são geridos e mediados os riscos resultantes de suas interações com outras instituições sociais (GRI, 2002).

Figura 2 - Aspectos Socioambientais com maior *disclosure*, versão GRI G3

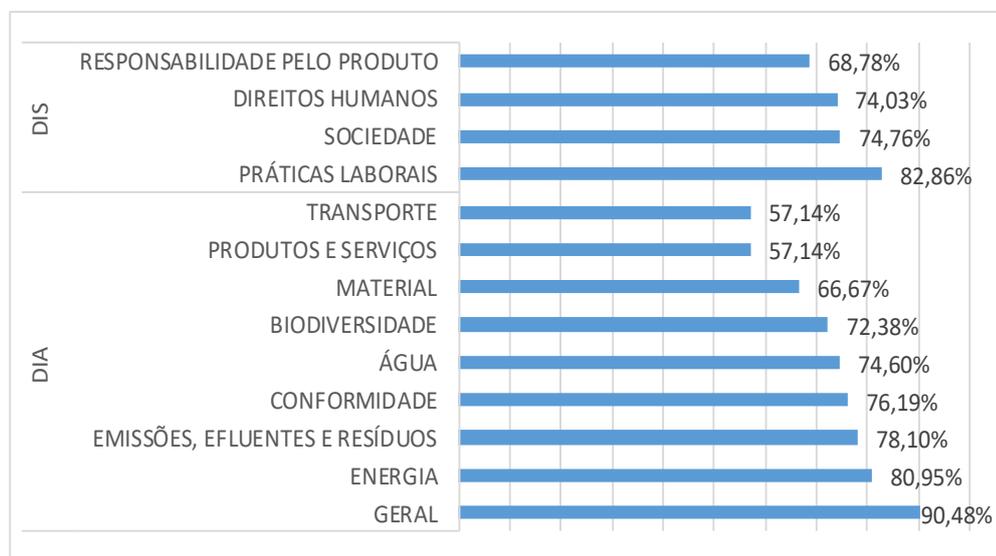


Legenda: DIS (*Disclosure* dos Indicadores Ambientais), DIA (*Disclosure* dos Indicadores Sociais).

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa, 2017.

Os aspectos socioambientais mais evidenciados de acordo com a versão 3.1 do GRI, estão expostos na Figura 3.

Figura 3 - Aspectos Socioambientais com maior *disclosure*, versão GRI G3.1



Legenda: DIS (*Disclosure* dos Indicadores Ambientais), DIA (*Disclosure* dos Indicadores Sociais).

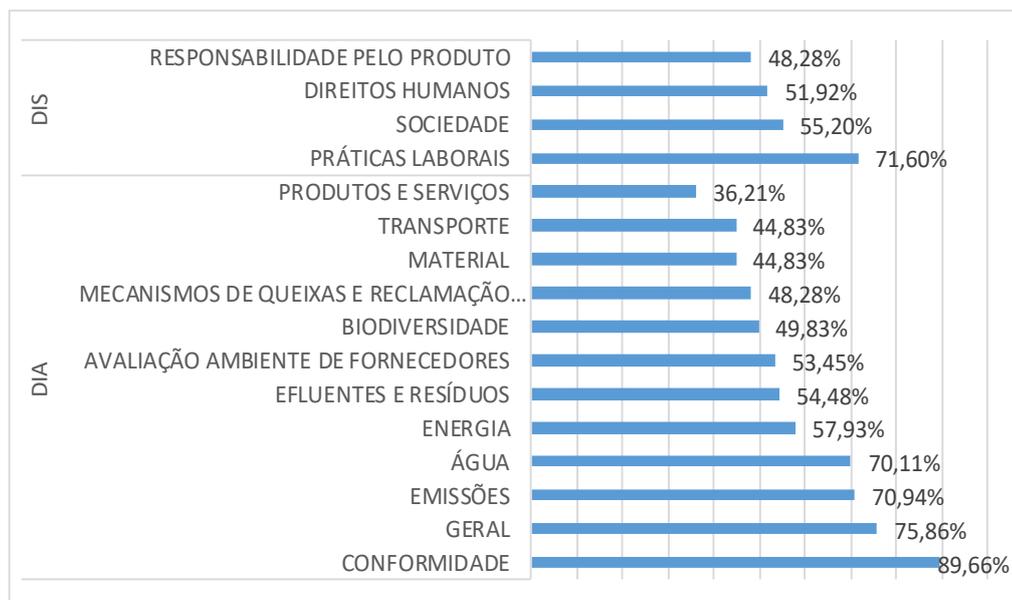
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa, 2017.

Na análise da Figura 3, percebe-se que o aspecto ambiental “geral” também apresentou o maior nível de *disclosure* na versão G3.1 (90,48%), sendo seguido pelos aspectos “energia”, “emissões, efluentes e resíduos”, “conformidade” e “água”. Os aspectos ambientais menos relatados são os relativos a transporte de produtos e empregados cujo nível de divulgação foi de 57,14%, bem como os impactos relativos a produtos e serviços, com igual percentual de

disclosure. Nas categorias sociais, permaneceram em destaque as categorias relativas às práticas laborais e sociedade, sendo seguidas, respectivamente, pelas categorias “direitos humanos” e “responsabilidade pelo produto”.

Conforme se verifica adiante da Figura 4, o maior *disclosure* foi percebido nos aspectos ambientais “conformidade” e “geral”. A análise gráfica permite verificar ainda, que as categorias sociais “práticas laborais e trabalho decente” e “sociedade” também foram as predominantes na última versão do GRI (G4).

Figura 4 - Aspectos Socioambientais com maior *disclosure*, versão GRI G4



Legenda: DIS (*Disclosure* dos Indicadores Ambientais), DIA (*Disclosure* dos Indicadores Sociais).
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa, 2017.

Mediante os dados obtidos expostos nas figuras 2, 3 e 4, o nível considerável de evidenciação de aspectos ambientais como “água”, “energia”, “emissões”, “efluentes e resíduos”, “biodiversidade”, parece ser uma maneira utilizada pelas organizações para afirmarem a sua atuação sustentável. Do mesmo modo, a adesão às diretrizes da GRI, relativamente, às categorias sociais, parece ser uma forte aposta das organizações como modo de legitimação ante os seus *stakeholders* internos e externos.

5 Considerações Finais

A pesquisa teve o propósito de analisar os investimentos socioambientais das empresas componentes do ISE utilizando por base os valores evidenciados no Balanço Social e o *disclosure* dos indicadores de desempenho GRI, entre os anos de 2011 a 2015. Para o cumprimento do objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa exploratória, descritiva com abordagem quantitativa dos dados.

Através dos resultados obtidos, constatou-se que a vertente social foi a priorizada pelas empresas analisadas, como sendo a dimensão mais estratégica para evidenciação da sua legitimidade organizacional. Ao longo do período observado, observou-se que os gastos socioambientais, bem como o *disclosure* desses indicadores apresentaram-se decrescentes, indicando um cumprimento apenas com as exigências e não com investimentos adicionais em Responsabilidade Social Corporativa.

No que tange aos gastos sociais, o estudo revelou um maior comprometimento com os

investimentos sociais externos, os quais são compostos, em sua maioria, pelos tributos. Com relação aos investimentos ambientais, estes mostraram-se muito abaixo das expectativas, uma vez que a maior parte da amostra compõem-se principalmente de empresas que desenvolvem atividades destinadas a geração e distribuição de energia elétrica, integrantes do setor de Utilidade Pública, cuja atividade é classificada como de grau médio de poluição pela Lei 10.165/2000 da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

De forma pontual, os setores Financeiro, de Materiais Básicos e de Utilidade Pública foram os que apresentaram maiores investimentos socioambientais quanto à proporção da Receita Líquida. Os menores investimentos foram vistos nos setores de Telecomunicações e Consumo Não Cíclico. Por outro lado, os setores de Consumo Não Cíclico e Telecomunicações, foram os que apresentaram o melhor nível de *disclosure* socioambiental como forma de compensar os baixos investimentos, corroborando com as ideias incorporadas pela Teoria da Legitimidade, a qual propõe que a organização procura enfatizar a evidenciação socioambiental para recuperar sua legitimidade.

Conforme sugere a referida teoria, a divulgação socioambiental é uma ferramenta para que as organizações possam externalizar à sociedade seu comprometimento com a Responsabilidade Social Corporativa, levando a um melhoramento de sua imagem institucional e conseqüentemente, ao fortalecimento da sua legitimidade. Assegurando que suas atividades se adequam as expectativas e valores sociais, a empresa evidencia que cumpre seu contrato social, ao tempo em que garante um desenvolvimento sustentável.

Através do estudo, espera-se contribuir para a literatura acadêmica já desenvolvida sobre o tema, como também servir de incentivo para que as empresas adotem a Responsabilidade Social em seu modelo de negócios. Dentre as limitações presentes no estudo, relata-se a quantidade de empresas selecionadas para compor a amostra, que por restringirem a inclusão apenas de empresas listadas no ISE da BM&FBovespa, não é representativa para demonstrar as características desses investimentos para as demais empresas do mesmo setor.

Outra limitação, refere-se a falta de padronização nos Balanços Sociais apresentados pelas empresas, visto que nem todos seguem o modelo sugerido pelo IBASE, dificultando a comparabilidade das informações prestadas. Recomenda-se, para futuras investigações, a utilização de uma amostra mais representativa que contemple outros setores, pertencentes a outros mercados de capitais, envolvendo empresas brasileiras e até mesmo empresas estrangeiras, permitindo uma maior validade externa para o estudo.

Referências

ASHLEY, Patrícia Almeida et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, v. 153, 2002.

BARBOSA, P. R. A. **Índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo (ISE-BOVESPA): exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercados e Futuros. **Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE**. < http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm>. Acesso em: 19 de abril de 2017.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2001.

CAMPBELL, David J. **Legitimacy theory or managerial reality construction? Corporate social disclosure in Marks and Spencer Plc corporate reports.** In: Accounting forum. p. 80-100. 2000.

CARDOSO, Vanessa Ingrid da Costa; LUCA, Márcia Martins Mendes de, GALLON, Alessandra Vasconcelos. **Reputação Corporativa e o Disclosure Socioambiental de Empresas Brasileiras.** Contabilidade, Gestão e Governança - Brasília · v. 17 · n. 2 · p. 26 – 25. mai./ago. 2014.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas.** (Livro Verde). Bruxelas. 2001.

CONCEIÇÃO, Sérgio Henrique; DOURADO, Gilson Barbosa; SILVA, Simone Freire. **Global Reporting Initiative (GRI) - Um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina.** VI Congresso AnpCont. 2012.

COSTA, Cláudia Soares; VISCONTI, Gabriel Rangel; AZEVEDO, Caio Britto de. **Balanco Social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa.** Relato Setorial, n. 02, 2000.

COSTA, Maria Alice Nunes. Fazer o bem compensa? **Uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial.** Revista crítica de ciências sociais, n. 73, p. 67-89, 2005.

DEEGAN, Craig. Legitimacy theory. **Methodological issues in accounting research: theories and methods,** p. 161-182, 2006.

DIAS, Claudevi Pereira et al. **Evidenciação De Informações Socioambientais, Teoria Da Legitimidade E Isomorfismo: Um Estudo Com Mineradoras Brasileiras.** Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade. 2014.

DOWLING, John; PFEFFER, Jeffrey. **Organizational legitimacy: Social values and organizational behavior.** Pacific sociological review, v. 18, n. 1, p. 122-136, 1975.

ETHOS - INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Responsabilidade social empresarial nos processos gerenciais e nas cadeias de valor.** São Paulo: Ethos, 2006.

FAUR et al. **Balanco Social – Relatório de desempenho Social. Análise dos Setores petroquímico e elétrico no Rio de Janeiro.** Revista Pensar Contábil nº 2, ago./out.2004.

FERREIRA, B. S.; GUERRA, JA de P. **Socioambiental: um olhar sistêmico em uma organização estatal.** Revista Gestão & Conhecimento. Edição especial – Nov/2012

FRAGA, Marinette Santana et al. **Custos dos indicadores sociais internos e funcionais de bancos brasileiros.** In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC. 2008.

GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. **Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure.** Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.

GRI - Global Reporting Initiative. **Diretrizes para a elaboração de relatório de sustentabilidade.** 2002. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 17 de abril de 2017.

KITAHARA, José Renato. **Responsabilidade social e desempenho financeiro das empresas: um estudo empírico utilizando o balanço social padrão IBASE.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LUCA, Márcia M. M. de Luca; MOURA, André A. F. de; NASCIMENTO, Fernando S. P. do. **Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto no Brasil com base nos indicadores de responsabilidade social da ONU.** Revista Alcance. Universidade do Vale do Itajaí Biguaçu, Brasil. vol. 19, núm. 3, julho/setembro, 2012, p. 362-380.

MILANI FILHO, Marco Antônio Figueiredo. **Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação.** Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, v. 19, n. 47, p. 89-101, maio/ago. 2008.

NEVES, Maria Elizabete Duarte; DIAS, Antônio Carlos Gomes. **Responsabilidade social corporativa-teorias predominantes na investigação em contabilidade.** Revista Razão Contábil & Finanças. Fortaleza, v.3, n. 1, Jan./Jun. 2012.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional.** Tese (Doutorando em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

NOVELINI, C. P., & FREGONESI, M. S. F. A. **Análise da divulgação de informações sobre investimentos sociais por empresas que se declaram socialmente responsáveis.** Revista de Contabilidade e Organizações, v. 7, n. 17, p. 89-101, 2013.

O'DONOVAN, Gary. **Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory.** Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

OLIVEIRA, Murilo de Alencar Souza et al. **Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros.** Produção, v. 24, n. 2, p. 392-404, 2014.

OLIVEIRA, Nerson da Cruz et al. **Investimentos socioambientais: uma análise das organizações de setores de diferentes impactos socioambientais.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), v. 8, n. 2, 2014.

PINTO, Anacleto Laurino. RIBEIRO, Maísa de Souza. **Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina.**

Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 36, p. 21 - 34, setembro/dezembro 2004.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. v. 3, p. 76-97, 2003.

RIBEIRO, Máisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo. Saraiva. 2. Ed. 2012.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPAIO, Márcio Santos, et al. **Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras**. Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2010.

SCHROEDER, J. T.; SCHROEDER, I. **Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades**. RAE-eletrônica, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2004.

SHOCKER, Allan D.; SETHI, S. Prakash. **An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies**. California Management Review, v. 15, n. 4, p. 97-105, 1973.

STROBEL, Juliana Scapulatempo; CORAL, Eliza; SELIG, Paulo Mauricio. **Indicadores de sustentabilidade corporativa: uma análise comparativa**. Encontro Anual da Anpad. p. 416-427. 2004.

SUCHMAN, Mark C. **Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches**. Academy of management review, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. Editora Atlas, 2001.

VILLIERS, Charl de; STADEN, Chris J. Van. **Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa**. Accounting, Organizations and Society, v. 31, n. 8, p. 763-781, 2006.

WILLIS, A.C.A. **The Role of the Global Reporting Initiative's Sustainability Reporting Guidelines in the Social Screening of Investments**. Journal of Business Ethics, New York: Springer, n. 43, p. 233-237, 2